



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

CONTRATO SJRR Nº/2021

CONTRATO QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR ATO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, A SEREM REALIZADOS NOS COMPONENTES DA SUBESTAÇÃO, GRUPO GERADOR STEMAC E USCA INSTALADOS NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA.

CONTRATANTE: UNIÃO, por ato da **JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA**, registrada no CNPJ/MF sob o nº 05.438.430/0001-03, com endereço na Av. Getúlio Vargas, 3999 – Canarinho, Boa Vista/ RR, CEP 69306-545, neste ato representada pelo Juiz Federal Diretor do Foro **Felipe Bouzada Flores Viana**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo ATO/PRESI/ASMAG nº 10275156 de 20.05.2020 do Presidente do TRF da 1ª Região.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXXXXXXXXXXX, sediada XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - XXXXX/XX, neste ato representada pelo(a) xxxxx **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) do CPF nº XXXXXXXXXXXXX e RG nº XXXXXXXXXXXXX – SSP/XX.

Nesta data, as partes celebram o presente contrato instruído nos autos do Processo/SEI nº 913-96.2021.4.01.8013, condições estabelecidas no Termo de Referência, Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/15, Lei nº. 10.520/05 c/c com o Decreto nº 10.024/19 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de insumos, a serem realizados nos componentes da Subestação, Grupo Gerador STEMAC e USCA instalados na Seção Judiciária de Roraima.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

Em razão da necessidade da prestação continuada dos serviços jurisdicionais e administrativos na Seção Judiciária de Roraima e com fundamento nos princípios administrativos da continuidade do serviço público, da economicidade e da eficiência, verificou-se a necessidade de contratar serviços continuados de manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

insumos, a serem realizados nos componentes da Subestação, Grupo Gerador Stemac e USCA, haja vista a constante falta do fornecimento de energia elétrica pela concessionária local.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEFINIÇÕES DOS SERVIÇOS E DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

3.1. MANUTENÇÃO: Combinação de todas as ações técnicas e administrativas, incluindo as de supervisão, que se realizam através de processos diretos ou indiretos nos equipamentos, obras ou instalações, com a finalidade de assegurar-lhes condições de cumprir com segurança e eficiência as funções para as quais foram fabricados ou construídos, levando-se em consideração as condições operativas e econômicas. A manutenção pode incluir uma modificação de um item

3.1.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Conjunto de ações desenvolvidas sobre um equipamento e/ou sistema com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade através de ações sistemáticas, detecção e medidas necessárias para evitar falhas com o objetivo de mantê-lo operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante. Obedecem a um plano previamente elaborado, baseado em intervalos definidos de tempo. Dentre estas atividades incluem-se ensaios, ajustes e testes de rotina, limpeza geral, lubrificação, inspeções, coleta de dados, pintura, reconstituição de partes com características alteradas, substituição de peças ou componentes desgastados, reorganização interna e externa de componentes e cablagem de equipamentos ou sistemas, adaptação de componentes, entre outras;

3.1.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA: Conjunto de ações desenvolvidas com objetivo de fazer retornar às condições especificadas, um equipamento ou sistema após a ocorrência de baixo rendimento, defeitos ou falhas. Pode ter a sua execução programada quando a anormalidade for detectada dentro de uma manutenção preventiva;

3.1.3. INSUMOS: São todos os itens de substituição cíclica obrigatória que constem nos manuais dos equipamentos e na boa prática das manutenções (Exemplos: óleos lubrificantes, filtros, correias, baterias, porcas, parafusos, etc.), além dos itens utilizados na realização dos serviços de manutenção, de propriedade da empresa a ser CONTRATADA, tais como: Megger, Microohmmetro, TTR, Medidor de Resistência de Enrolamento, MEU, Medidor de Tempo de Trip, Luva de Alta Tensão, Aterramento, Vara de manobra, Frascos para coleta de óleo (Nº de Frascos = Nº de Transformadores), Kit para Coleta de Óleo, Frasco para óleo velho, Trapos estopas, Álcool, Kit Provisória, Caixa de ferramentas (com chave de boca, sextavada, alicate, etc.), Jogo de soquetes, Aspirador de pó, Vassoura, Medidor de tensão, Extensões para provisória e ligação de equipamentos, Cinto de segurança, Bateria 12V para teste de resistência de enrolamento, etc;

3.1.3.1. Não são considerados insumos itens tais como: Disjuntor de alta tensão, radiador do motor do grupo gerador, a substituição completa do óleo dos transformadores (será considerado como insumo apenas a complementação do nível do óleo, caso o volume esteja entre 90 e 100% do nível considerado como normal), etc;

3.1.4. EQUIPAMENTOS: Subestação, grupo gerador STEMAC e USCA (Unidade de Supervisão de Corrente Alternada) com as seguintes descrições:

3.1.4.1. Subestação Abrigada composta de 2 (dois) transformadores de tensão, sendo um de 500kVA e outro de 225kVA, perfazendo o montante de 725KVA:

- Disjuntor série SOPRARC (BEGHIM)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

- Tipo PL 15B nº 56055;
- Tensão nominal 17,5 KV – 50/60 Hz;
- Corrente nominal – 630 A;
- Capacidade de Interrupção Nominal 350 MVA SIM
- N.B.I. 110KV;
- Circuitos Auxiliares;
- Relé de Abertura 110V, 60Hz;

3.1.4.2. Grupo Gerador de partida automática STEMAC n.º de série: ST31008897 – Modelo Cramaco 280/310kVA – Potência: 345kVA – Frequência/Tensão: 60/220. Código CG280/310 NTG4WEGBT 220IA60 (conforme a NF n.º80-21- 430);

3.1.4.3. Motor CUMMINS n.º de Série: 30358663 – Modelo: NT – 855 G4/32108;

3.1.4.4. Gerador: 36208/4868 MTZ;

3.1.4.5. Módulo de Controle Automático K30, V6.02 , da marca KVA.

CLÁUSULA QUARTA – DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS

Os serviços serão executados por equipe não residente disponibilizada pela CONTRATADA, devendo obrigatoriamente contar com profissionais devidamente habilitados e capacitados, conforme detalhamento contido no Item 7 do Termo de Referência acostado no Processo/SEI nº 913-96.2021.4.01.8013;

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE GARANTIA DOS SERVIÇOS E PEÇAS

5.1. Os serviços de manutenção deverão ser prestados com prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados da data entrega do relatório à FISCALIZAÇÃO;

5.2. As peças de reposição deverão ser fornecidas com um prazo mínimo de garantia de 12 (doze) meses, contados da data entrega do relatório à FISCALIZAÇÃO.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa a ser contratada ficará obrigada a:

- Após a solicitação dos serviços, a ser efetuado por correspondência eletrônica ou via telefônica, a CONTRATADA REALIZARÁ os serviços de manutenção e as trocas das peças, nos prazos estabelecidos neste documento e no Contrato;
- Antes da entrega dos serviços, SOLICITAR autorização da FISCALIZAÇÃO, com aval da SECAD/DIREF, com previsão de dia e horário, para o desligamento do fornecimento da rede externa de fornecimento de energia elétrica, quando necessário para a realização dos testes de funcionamento do Grupo Gerador, subestação e USCA;
- Depois de restabelecido o funcionamento dos equipamentos, a CONTRATADA deverá e informar as próximas datas para a realização da Manutenção Periódica, Quadrimestral e Anual, conforme o caso, programando-as no módulo de automação;
- Após a execução do serviço, deverá providenciar a limpeza dos locais onde foram realizados os serviços.
- Executar os serviços de manutenções em horário compatível com o expediente da Seção Judiciária, evitando transtornos como ruídos desagradáveis ou a interrupção dos serviços judiciários. Caso seja necessário, a CONTRATADA poderá realizar alguns



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

serviços em dias não úteis e sem ônus extras para a CONTRATANTE (com exceção das manutenções emergenciais corretivas), devendo, em qualquer caso, solicitar autorização da FISCALIZAÇÃO (com aval da SECAD/DIREF), que deverá acompanhar a execução dos serviços.

- f) Manter o atendimento no padrão recomendado pelos fabricantes e de acordo com as normas técnicas brasileiras;
- g) Cumprir, na execução dos serviços, todas as normas de segurança do trabalho em vigor, preparando, instruindo e dotando seus funcionários e técnicos de todos os equipamentos de segurança (EPI) necessários;
- h) Sendo necessária a realização de procedimentos na oficina da CONTRATADA, será emitido um Termo de Autorização de Saída pela FISCALIZAÇÃO, após autorização da SECAD/DIREF. Com o termo, a CONTRATADA estará autorizada a desinstalar, transportar e permanecer com os equipamentos nas oficinas e deverá reinstalar os equipamentos para o completo restabelecimento do funcionamento do Grupo Gerador, subestação e USCA;
- i) Apresentar relatório técnico ao final dos serviços, com registro das peças substituídas, especificando o número de série das instaladas (se houver), os serviços executados e os problemas detectados.
- j) Indicar os nomes dos técnicos habilitados que irão realizar a manutenção dos equipamentos. Os técnicos, identificados com crachás da empresa deverão se apresentar à FISCALIZAÇÃO tanto no início da prestação do serviço, para a autorização, quanto no término, para a entrega do serviço;
- k) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e do fornecimento de peças, tais como: mão de obra, salários, obrigações sociais e trabalhistas, ferramentas, impostos, transporte e outras que se fizerem necessárias;
- l) Instruir, durante as manutenções, os responsáveis pela operação da Subestação e do Grupo Gerador, incluindo a USCA quanto ao uso adequado dos dispositivos;
- m) Responsabilizar-se por danos pessoais ou materiais, decorrentes de dolo ou culpa por parte de seus empregados e/ou prepostos quando da execução dos serviços e ou da entrega das peças indicadas neste instrumento;
- n) Apresentar, quadrimestralmente: nota fiscal, de acordo com o valor previsto em contrato e na tabela constante no subitem 10.5.1 do Termo de Referência, os dados bancários e o número da nota de empenho;
- o) Abster-se de revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, inclusive para fins comerciais ou que violem direitos protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei 13.709, de 14/08/2018, a terceiros, bem como não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução dos serviços, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao necessário cumprimento do contrato.
- p) Os atos da CONTRATADA devem refletir probidade e conduta ética em consonância com o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, disponível no site da Seção Judiciária de Roraima <https://portal.trf1.jus.br/sjrr/>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

- q) Sujeitar-se à FISCALIZAÇÃO, pela Seção Judiciária de Roraima, para o cumprimento e execução dos serviços que trata este instrumento, nos termos previstos neste e no Contrato
- r) Observar e cumprir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, INMETRO, Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, bem como as Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA, relativas aos serviços a serem executados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Por este instrumento, a CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Permitir o acesso dos técnicos da empresa nas instalações da SJRR, tomando as providências necessárias à prestação dos serviços, devendo sempre exigir documento de identificação funcional dos técnicos;
- b) Assegurar, aos técnicos credenciados (autorizados/indicados), o livre acesso aos equipamentos e aos locais de sua instalação, prestando-lhes os esclarecimentos solicitados e/ou necessários a CONTRATADA;
- c) Informar à CONTRATADA sobre qualquer irregularidade no funcionamento dos equipamentos, dentro do período de garantia dos serviços, desde que perceptível ao homem comum;
- d) emitir relatórios sobre os atos relativos à execução dos serviços, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas nas especificações e à aplicação das sanções;
- e) relacionar as dependências das instalações físicas e bens de sua propriedade colocados à disposição da CONTRATADA durante a execução dos serviços, com a indicação do estado de conservação, se for o caso;
- f) acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do objeto desta Contratação;

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DO PREPOSTO

8.1. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

8.1.1. Durante o período de vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada “in loco” por fiscal designado pela SJRR.

Parágrafo Único - Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja essa responsabilidade, exercer, por intermédio de sua Fiscalização, a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

- a). exigir exata correspondência dos trabalhos com os projetos, detalhes e as especificações;
- b). observar a execução dos serviços no prazo fixado neste instrumento;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

- c). exigir o emprego de materiais de primeira qualidade que atendam às exigências contidas nas normas técnicas da ABNT, das concessionárias de serviço público, IPT, INMETRO e dos fabricantes;
- d). exercer a fiscalização no interesse da CONTRATANTE, o que não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros;
- e). solicitar e analisar, previamente, o plano de trabalho preparado pela CONTRATADA, o qual deve conter todos os processos e métodos de execução e seus serviços
- f). ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição, de empregado da CONTRATADA que embarace ou dificulte a fiscalização da CONTRATANTE ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, considere inconveniente;
- g). comunicar à autoridade competente, em tempo hábil e por escrito, as falhas cometidas pela CONTRATADA que impliquem em atraso ou descumprimento contratual, bem como a necessidade de acréscimo ou supressão de serviços, prorrogação de prazos de etapas, para adoção das medidas cabíveis;
- h). decidir os casos omissos relativos às especificações, plantas ou quaisquer documentos a que se refiram, direta ou indiretamente, aos serviços contratados.

8.2. DO PREPOSTO:

8.2.1. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE, em Boa Vista-RR, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

8.2.2. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pelo CONTRATANTE, deverá apresentar-se à FISCALIZAÇÃO, tão logo seja firmado o Contrato, para tratar dos assuntos pertinentes à execução dos serviços previstos no contrato, relativos à sua competência;

8.2.3. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados

8.2.4. CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho e de Sustentabilidade;

8.2.5. O preposto deverá manter contato com a FISCALIZAÇÃO, com o objetivo de sanar qualquer demanda, tanto na área de administração de pessoal, de fornecimento de material, quanto da manutenção dos equipamentos, objetos desse contrato.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão recebidos na forma a seguir e observando, em especial, os arts. 69, 73 a 76 da Lei nº 8.666/93:

a) **provisoriamente**, pela Comissão de Fiscalização, Acompanhamento e Recebimento do Serviço, mediante TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, assinado pelas partes, em até **15 (quinze) dias úteis** da data da comunicação de término dos serviços.

b) **definitivamente**, pela Comissão de Fiscalização, Acompanhamento e Recebimento do Serviço, caso não haja mais qualquer impropriedade/irregularidade a ser corrigida,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

mediante TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, assinado pelas partes, em até **05 (cinco) dias úteis** da data da comunicação do término dos ajustes nos serviços.

Parágrafo Primeiro - Durante as análises que precedem ao recebimento provisório, se for detectado pelo fiscal contratado ou pela Comissão qualquer impropriedade/irregularidade explícita nos serviços, o fato deverá ser comunicado formalmente à Contratada a fim de tomar as providências necessárias para o devido ajuste. A Comissão deverá estipular o prazo para os ajustes.

Parágrafo Segundo - A Comissão de Fiscalização, Acompanhamento e Recebimento do Serviço só poderá elaborar os termos de recebimento provisório e definitivo de que trata este item, após o fiscal designado pela Administração emitir documento que ateste o respectivo recebimento dos serviços, o qual procederá à conferência de sua conformidade com os projetos, normas e demais documentos legais. A verificação de conformidade dar-se-á no período entre a entrega provisória e a definitiva.

Parágrafo Terceiro - A comunicação do término dos serviços (provisório) e a de seus ajustes (definitivo) deverá ocorrer mediante documento formal da Contratada, entregue diretamente à Comissão de Fiscalização, Acompanhamento e Recebimento do Serviço.

Parágrafo Quarto - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ética profissional pela perfeita execução do objeto contratado, dentro dos limites estabelecidos por leis e pelo Contrato;

Parágrafo Quinto - Nos termos do artigo 76 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Contrato executados em desacordo com as cláusulas contratuais e Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta das dotações consignadas no orçamento, classificados no Programa de Trabalho nº 096903 - Julgamento de Causas na Justiça Federal e Elemento de Despesa nº 3.3.3.9.0.39.17 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos.

Parágrafo Único - Foi emitida a Nota de Empenho nº, de, no valor de **R\$**, para atender as despesas oriundas desta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PREÇO

Pela execução dos serviços, objeto deste instrumento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total anual de **R\$.....**

Parágrafo Único - No preço constante do caput desta Cláusula estão incluídas todas as despesas concernentes à execução dos serviços contratados, incluindo fornecimento de todos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

os equipamentos, materiais, transportes, mão-de-obra, encargos sociais, ferramental, assistência técnica, benefícios, licenças inerentes às especialidades, tributos e tudo o mais necessário à perfeita e completa execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

Os serviços serão pagos em até 10 (dez) dias úteis a contar do atesto da Nota Fiscal, mediante prévia emissão pela Contratada do documento fiscal/fatura pertinente e obrigatório, observada as consultas realizadas junto à Justiça do Trabalho para obtenção da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou outra certidão equivalente, assim como ao SICAF para comprovação da validade da certidão de regularidade do FGTS, certidão negativa de débitos com o INSS, certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União. Caso a empresa esteja com alguma certidão ou o cadastramento vencido no SICAF, serão consultados via internet, os respectivos sites dos órgãos emitentes das certidões supracitadas. Se as certidões não estiverem regulares, o pagamento ficará susado, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, assim como outras exigências contratuais e legais relativas à conclusão dos serviços, devendo-se proceder no aludido documento o destaque dos valores a serem deduzidos por ocasião de retenção na fonte de tributos, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro O atesto da Nota Fiscal será concedido após a constatação do pleno funcionamento do Grupo Gerador, Subestação e USCA, o qual deverá ser comprovado com a apresentação de laudo que demonstre a execução dos procedimentos previstos para a manutenção, incluindo os testes de funcionamento que deverão ser realizados com a simulação de falta de energia da concessionária e por meio do funcionamento ininterrupto por, no mínimo, uma (01) hora.

Parágrafo Segundo - Constatada a situação irregular junto à Justiça do Trabalho/SICAF, a CONTRATADA será notificada, por escrito, para providenciar a regularização no prazo de 15 (quinze) dias úteis ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual, se Administração assim entender. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração;

Parágrafo Terceiro - O pagamento será realizado após a realização de cada manutenção preventiva, conforme cronograma abaixo:

Mês de Vigência Contratual	Periodicidade da Manutenção	Percentual a ser pago
1º Mês	Manutenção anual	40% do valor anual do contrato
5º Mês	Manutenção quadrimestral	30% do valor anual do contrato
9º Mês	Manutenção quadrimestral	30% do valor anual do contrato



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Parágrafo Quarto – Ressalta-se que o recebimento dos serviços de manutenções preventivas não exclui a responsabilidade da CONTRATADA em executar as medidas corretivas dos defeitos que ocorrerem durante o prazo de garantia dos serviços;

Parágrafo Quinto Caso o pagamento não seja efetuado no prazo estabelecido, serão devidos à CONTRATADA juros de mora de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data de sua efetivação;

Parágrafo Sexto - Havendo erro na nota fiscal/fatura ou outra circunstância que a desaprove, a liquidação da despesa ficará pendente e o pagamento será sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não gerando, neste caso, qualquer ônus para a Justiça Federal de Roraima, inclusive moratório. Nessa situação, o prazo a que refere o subitem 11.1 passará a fluir somente depois de sanada a irregularidade.

Parágrafo Sétimo - O número do CNPJ da CONTRATADA, apresentado nos documentos relativos ao procedimento licitatório, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e para pagamento;

Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA só poderá emitir o documento fiscal, após a aprovação do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços pela Fiscalização da CONTRATANTE. A nota fiscal de serviços será apresentada pela CONTRATADA, em 02 (duas) vias, constando o nome do banco, agência e número da conta, protocolando-a na Seção de Serviços Gerais, no horário de expediente, para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. A CONTRATADA, nos casos de atraso injustificado assim considerado pela Administração, ou de inexecução parcial ou ainda de inexecução total da obrigação, ficará sujeita, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

- a). advertência;
- b). multa;
- c). Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- d). Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

13.2. A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002;

Parágrafo Primeiro - As penalidades previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 13.1 poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa prevista na alínea “b” do mesmo subitem.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” acima também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração;

Parágrafo Terceiro - Caso a empresa vencedora se recuse a anexar proposta de preços nos termos do Edital, a assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo indicado ou ainda a dar o recebimento no empenho, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em consequência, ser-lhe-á aplicada a multa prevista na alínea “b” do subitem 13.1, no percentual de 10% sobre o valor de sua proposta, podendo ser cumulada com a pena prevista na alínea “c” do mesmo subitem.

Parágrafo Quarto – O valor da multa poderá ser deduzido dos créditos porventura existentes em favor da CONTRATADA. No caso de inexistência de créditos, o valor das multas devidas à CONTRATANTE deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional, por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação para recolhimento, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (art. 86 da Lei 8.666/1993);

Parágrafo Quinto - A inexecução parcial ou total do objeto desta contratação por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas na lei.

Parágrafo Sexto - Nas hipóteses em que não esteja fixado previamente o termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese em que estará sujeita à sanção prevista no parágrafo quarto.

Parágrafo Sétimo - A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato; ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência. A entrega até a data-limite de que trata este item não isenta a licitante da multa prevista no parágrafo quarto;

Parágrafo Oitavo - A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega/execução deverá ser encaminhada ao Contratante até a data do vencimento do prazo de entrega inicialmente estipulado, ficando a critério do Contratante a sua aceitação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Parágrafo Nono - O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta nesta cláusula será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

Parágrafo Décimo - Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no parágrafo quarto.

Parágrafo Décimo Primeiro - A aplicação de multas, bem como a rescisão deste instrumento não impedem que o Contratante comine ao Fornecedor faltoso as demais sanções previstas na Lei 10.520/2002 (**impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 anos**) e na Lei 8.666/93 (**advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade**);

Parágrafo Décimo Segundo - A aplicação das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa e ensejarão seu registro no SICAF;

Parágrafo Décimo Terceiro -. Caberá recurso, em relação ao ato que aplicar quaisquer das penalidades previstas neste instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

14.1. Os descontos previstos na tabela abaixo serão aplicados em caso de descumprimento dos padrões de qualidade e de prazo estabelecidas neste Termo de Referência.

14.2. A identificação de ocorrência de uma falta prevista na tabela abaixo, sempre será precedida de comunicação formal do CONTRATANTE à CONTRATADA, de forma a garantir o amplo direito de defesa.

14.3. Caso fique comprovada a falta cometida pela CONTRATADA, o CONTRATANTE descontará do pagamento mensal os valores resultantes da aplicação dos percentuais relacionados abaixo em relação ao valor integral mensal, sem prejuízo de demais sanções e aplicação de penalidades previstas:

ITEM	CONDIÇÃO ESTABELECIDADA	INCIDÊNCIA	PERCENTUAL (sobre o valor contratual mensal vigente na data da ocorrência do fato)
1	Entregar documentos técnicos e laudos técnicos relacionados à execução dos serviços nos prazos estabelecidos neste termo.	Por documento	0,05% por dia de atraso
2	Realizar as tarefas de manutenção preventiva previstas no mês.	Por Ordem de Serviço	Desconto de 0,10% por dia de atraso, sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 30 dias; e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

			em caso de atraso maior que 30 dias, será considerado descumprimento parcial do contrato
3	Assistência técnica e manutenção corretiva – Atendimento não ocorrido dentro de 6 horas úteis, contadas a partir da abertura do chamado.	Por chamado	Desconto de 0,10% por hora útil de atraso, sobre o valor mensal do contrato, caso o atraso seja superior a 06 horas úteis, até o limite de 18 horas úteis; e em caso de atraso de mais de 18 horas úteis, será considerado descumprimento parcial do contrato.
4	Assistência técnica e manutenção corretiva – Atendimento emergencial não ocorrido dentro de 6 horas corridas, contadas a partir da abertura do chamado.	Por chamado	Desconto de 0,10% por hora de atraso, sobre o valor mensal do contrato, caso o atraso seja superior a 06 horas, até o limite de 12 horas úteis; e em caso de atraso de mais de 12 horas úteis, será considerado descumprimento parcial do contrato.
5	Assistência técnica e manutenção corretiva – Solução do problema não resolvido em até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da aprovação da execução do serviço pela CONTRATANTE.	Por chamado	Desconto de 1,00% por dia útil de atraso, sobre o valor mensal do contrato, caso o atraso seja superior a 2 (dois) dias úteis, até o limite de 05 (cinco) dias úteis; e em caso de atraso de mais de 05 dias úteis, será considerado descumprimento parcial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o CONTRATO na ocorrência das situações previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 e Art. 77 da Lei 8.666/93, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento. Poderá, ainda, ser rescindido por acordo entre as partes ou judicialmente nos termos do Art. 79, Incisos II e III do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O período de vigência contratual será de a

Parágrafo Único O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante celebração de Termo Aditivo, na ocorrência das hipóteses previstas no art 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTE

17.1. Os preços dos serviços serão reajustados de acordo com a variação geral do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

Onde:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor inicial do contrato;

I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

17.2. Caberá à CONTRATADA a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do reajuste encontrado, a ser aprovado pelo CONTRATANTE.

17.3. A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data do orçamento referido na proposta;

17.4. A omissão da CONTRATADA quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado em forma de extrato, no DOU, em conformidade com o disposto no Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal de 1º Grau em Roraima, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento para que produza um só efeito.

Felipe Bouzada Flores Viana
Juiz Federal Diretor do Foro

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada